ANEXOS

PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES DA DÉCADA DE 1980

ANO	REIVINDICAÇÕES
1980	* enquadramento correto no Plano de Carreira do Funcionalismo Municipal de 1977; formação de uma comissão para elaborar o Estatuto do Magistério Municipal; regularização dos contratados pela CLT; realização de concurso público; * reposição salarial correspondente ao período de 1978; estabelecimento de pisos salariais para o cargo de professor e o cargo de auxiliar de serviço; mudança de nível do professor municipal I, do VI para o nível X; * fim do pagamento das taxas escolares; limite de número de estudantes por turmas/séries; dotação orçamentária para as escolas sob a administração dos professores/as e da comunidade escolar.
1982	* institucionalização do quadro de pessoal do magistério: auxiliar de serviço escolar, auxiliar de secretaria, secretário escolar, PMIA (Pré-escola a 4a. séries), PMIB (Pré-escola a 4a. séries, com cinco anos de 'Rede' e curso superior relacionado ao magistério, conforme previsto na Lei 5.692/71); PMII (5a. a 8a. séries e 2o. grau); bibliotecário, supervisor pedagógico, orientador educacional, coordenador de turno, diretor e vice-diretor de I (Pré-escola a 4a.séries), diretor e vice-diretor II (5a. a 8a. séries e 2o. grau); * estabelecimento de piso salarial vinculado ao Salário Mínimo Regional (SMR); o cálculo da hora-aula para PMII com base no divisor 81 sobre o salário correspondente ao nível XIX, referente aos cargos com curso superior; o vencimento dos PMIA equivalente ao nível XIV, referente aos cargos com curso secundário. * limite de número de alunos por turma/série; criação do Colegiado Escolar; desconto em folha dos filiados da UTE/MG; fim da cobrança das taxas escolares.
1983	* pagamento por habilitação; a promoção por tempo de serviço a cada 03 anos, com 3% a cada vez; incentivos salariais por participação em processos formativos; * participação coletiva nas decisões da escola; eleição de direção de escola.
1984	* reajuste salarial; data de pagamento do salário até o último dia do mês; o 13º salário para estatutários; * aposentadoria aos 25 anos para professores e especialistas de ambos os sexos; * fixação de jornada para auxiliares de serviço e secretárias escolares em 06 horas diárias; * forma de cálculo do salário de PMI igual ao de PMII, conforme sentença de 1980, com a aplicação

	da fórmula: 18h/a x 4,5 : 81.
1987	* gatilho salarial, conforme a Lei Federal 2.184/86, de 11/03/86; reposição das perdas salariais; * qüinqüênio de 10% para todo o funcionalismo; implantação de pisos salariais (03 SMR para cargos de nível elementar, 05 SMR para cargos de nível secundário, 07 SMR para cargos de nível superior); garantia dos pisos profissionais existentes (engenheiro era de 8,5 SMR); cumprimento da progressão horizontal; efetivação do cálculo salarial para PI igual ao do PII, conforme compromissos assumidos na negociação de 1986; * implantação do vale transporte; pagamento de insalubridade de acordo com a lei; * diretas para diretor, vice-diretor, coordenador de alunos, coordenador de área; estabilidade de lotação para acabar com a arbitrariedade das direções colocarem à disposição; recuperação física das escolas e de seus equipamentos.
1988	* regularização da entrega do vale-transporte; valorização do PMI, salarial e profissionalmente; definição imediata e objetiva dos pontos fundamentais do Plano de Cargos e Salários, como tabela salarial, progressões, vantagens, direitos adquiridos; isonomia salarial para toda a PBH; isonomia salarial dos servidores da área da saúde com o INSS; estabilidade no emprego para os servidores terceirizados pela Sobenca; piso salarial; * criação de comissão paritária para estudar e solucionar problemas de atendimento no Hospital Odilon Behrens; democratização da Beneficiência Municipal (BEPREM), com eleição de todos os cargos da diretoria e do Conselho Fiscal. * diretas para diretor; suspensão das exonerações; nenhum inquérito administrativo para estatutário e nenhuma demissão de celetista; manutenção das liberações dos diretores das entidades; nenhuma punição aos grevistas; fim das intervenções em escolas e volta dos diretores eleitos.

Fonte: Pautas de Reivindicações da Categoria; Boletim do Comando de Greve da Rede Municipal (09/05/1988).
Obs.: PM = Professor Municipal; SMR = Salário Mínimo Referência (Decreto-Lei Federal 2351, de 07 de agosto de 1987).

PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES DURANTE O GOVERNO DO PSDB – 1989/1992

1989	* cumprimento imediato da Constituição Federal: salário família; 1/3 de férias; repouso semanal remunerado; adicional insalubridade; 10% adicional noturno; * Plano de Cargos e Salários: pagamento das diferenças de janeiro a fevereiro; enquadramento correto conforme o tempo de trabalho na PBH; pagamento por habilitação; * Auxiliares de Serviço: piso de 7 SMR; progressão na carreira com a seguinte correlação salarial: até 3 anos (7SMR); de 3 a 7 anos (8 SMR); mais de 7 anos (9 SMR); regularização da hora-extra; pagamento adiantado de férias; pagamento, pela PBH, de cursos profissionalizantes e outros não oferecidos pelas escolas municipais; * Professor Municipal de 1ª a 4ª: instituição do Divisor 81, conforme fórmula de cálculo do salário de PM de 5ª a 8ª, para 27 horas aulas semanais; piso inicial de 08 SMR; * Professor Municipal 5ª a 8ª: piso inicial de 11 SMR; redução da jornada de 30 para 25 h/semanais sem redução de salário; aumento do número de aulas para Coordenador de Área; instituição de horas-aula para o Coordenador; garantia do calculo Divisor 81 para todos que ingressem na rede; pagamento das aulas de recuperação como hora-extra; equiparação salarial para professores com 30 aulas; * outras: nomeação dos diretores eleitos; verba mensal para Caixas Escolares correspondente a 20% do valor da folha de pagamento da escola; eleição para Coordenador de Turno entre seus pares; eleição para Coordenador de Área, entre seus pares; instituição horas/aulas para o trabalho no Colegiado; convocação imediata dos concursados.
1990	* correção e atualização do enquadramento no PCS de 1988, inclusive com a atualização da promoção, mudança de nível, conforme o tempo de serviço na PBH; pagamento por habilitação previsto na LOM; equiparação salarial dos setores da educação com os demais funcionários no enquadramento dos níveis da carreira; agilização da comissão paritária para a formulação do Estatuto do Magistério, previsto na LOM. * enquadramento dos níveis na carreira e nova nomenclatura: PM I, II e III passam a ser PMI e enquadrados no nível 10; PMIII, IV e V passam a ser PII, nível 13; serventes escolares passam a ser Auxiliares de Escola, nível 05; Técnico Superior de Ensino I. II e III passam a ser Orientador Educacional, Supervisor Educacional, Bibliotecário, com equiparação salarial ao PII, nível 13; equiparação salarial entre Supervisor/a de Merenda e Secretária/o Escolar; * contagem de tempo em outra rede para efeitos de aposentadoria e qüinqüênio; fim do apostilamento na educação; * garantia de 100% do ICV-Dieese como indexador mensal dos salários. * implementação das deliberações do I Congresso Político-Pedagógico da Rede Municipal de BH; garantia de mecanismos de controle dos trabalhadores sobre a aplicação do percentual referente às verbas da educação.
1991	* **Reivindicações Prioritárias**: piso salarial nacional de um salário mínimo do Dieese por 20 horas para docentes e não docentes, conforme definido nas instâncias da CNTE; recomposição das perdas salariais de acordo com o ICV-Dieese; cumprimento do artigo 22 da Lei 5.809/90 que estabelecia em 03 SMR o valor do menor salário pago na PBH; o pagamento da hora/aula igual para PI com nível superior e PII; abertura de concurso público; cumprimento da LOM quanto ao número de alunos por

	turma/série; creche nos locais de trabalho para os filhos dos trabalhadores/as em educação. * **Questões Funcionais E Educacionais**: melhoria da assistência médica e odontológica e atendimento regionalizado; políticas de saúde do trabalhador; a situação das pensionistas que recebiam apenas 50% do salário do pessoal da ativa. * **Reivindicações da CUT**: defesa do salário, do emprego, contra a recessão e inflação, por uma política de reajuste mensal dos salários, contrato coletivo de trabalho com data-base unificada em 1º de maio; a defesa dos direitos sociais e do patrimônio público, contra a privatização dos serviços públicos e das estatais; educação pública em todos os níveis, saúde, política de habitação e transporte coletivo. ***Reivindicações da CNTE**: Plano Nacional de Carreira para os trabalhadores em educação; contra os 200 dias letivos; política salarial nacional para servidores públicos; contra qualquer tipo de parcelamento de salários.
1992	* **Questões Salariais**: piso salarial profissional tendo como referência o salário mínimo do Dieese; cálculo salarial para PI, Orientador e Supervisor Educacional, Bibliotecárias semelhante ao do PII, ou seja, com base no divisor 81; reajuste mensal dos salários garantindo 100% do ICV-Dieese; reposição integral das perdas acumuladas no período de janeiro de 1989 a abril de 1992. * **Questões Funcionais e Educacionais**: cumprimento do módulo de 50 minutos para as professoras de 1a. a 4a. série; regulamentação das férias-prêmio para celetistas; criação de polos de creches regionais para o atendimento aos filhos dos servidores municipais; abertura de concurso público para os cargos de auxiliar de escola, secretarias escolares, orientador e supervisor educacional, bibliotecária; fim da contratação de auxiliares de escola pela Rio Forte ou qualquer outra empresa; eleição direta para diretor de Departamento de Educação das regionais administrativas. *** Estatuto do Magistério**: apresentação das propostas de alterações do projeto e envio do mesmo para a Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Fonte: Pautas de Reivindicações da Categoria
Obs.: PM I, II e III (Pré-escola-escolar a quarta série); PMIII, IV e V (quinta a oitava e segundo grau).

PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES DURANTE A GESTÃO FRENTE BH POPULAR -1993/1996

1994	* **Questões Salariais**: reposição integral das perdas salariais acumuladas de maio de 1993 a abril de 1994; política salarial que proteja o poder aquisitivo dos salários negociados na data-base, mês de maio; aumento real de salários; * **Questões Educacionais e de Carreira**: correções das distorções salariais com a redução da diferença entre o salário de PMI-NM e PMI-NS, tendo como parâmetro 80% do salário do PII; adicional-educação também para auxiliares de escola; a isonomia salarial e funcional do Técnico Superior de Ensino com os demais docentes com formação de nível superior; a manutenção do cálculo do Divisor 81 com base no salário do nível XVII, extinto no governo do PSDB; envio imediato do ante-projeto do estatuto para discussão nas bases do funcionalismo e do magistério, para encaminhamento posterior à Câmara; e a discussão imediata com o sindicato de um plano de carreira do magistério para entrar em vigor em outubro do mesmo ano. * **Outros**: vale-alimentação; abono retroativo e para todos os cargos da educação, com incidência sobre as vantagens pessoais e a dobra.
1995	* reajuste salarial e manutenção da paridade entre aposentados e trabalhadores/as da ativa; * envio imediato do Estatuto dos Servidores Municipais para a CMBH; elaboração do Plano de Carreira da Educação; * melhoria das condições de trabalho; controle do processo de trabalho; realização de concursos com convocação imediata dos aprovados; concurso público para Auxiliar de Escola e fim da terceirização desse setor; * creche para filhos trabalhadores/as educação; clínicas básicas (pediatria, clínica geral, ginecologia) para o atendimento do servidor e familiares.
1996	* a antecipação do gatilho salarial; reajuste salarial pelo ICV Dieese; o pagamento salário no último dia útil do mês; * aprovação do Estatuto do Servidor Municipal, e do Plano de Carreira da Educação com implementação dos mesmos em 1996; * fim da terceirização; * vale alimentação e/ou refeição de R$5, 00.

Fonte: Pautas de Reivindicações da Categoria

PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES DURANTE A GESTÃO BH TRABALHO PELA VIDA - 1997/2000

1997	* reajuste calculado pelo ICV Dieese; pagamento em maio de 97 de um abono correspondente a 64,37% para compensar o não pagamento do gatilho em fevereiro de 1996 e o parcelamento do índice de 18,22%; redução do índice de referência para aplicação do gatilho salarial de 15% para 5% a partir de maio/1997; * pagamento integral dos salários no último dia útil do mês; implementação do adicional de fixação; a garantia de ticket refeição inclusive para os detentores de dois BMs; * pendências do ano anterior: pagamento dos 5% retroativo a setembro de uma só vez; * fim da terceirização; concurso público para auxiliar de escola e técnico superior de educação com nomeação imediata dos concursados; * enquadramento automático no Plano de Carreira com avanço de um nível nas respectivas tabelas, de todos os trabalhadores em educação que concluírem o estágio probatório; reposicionamento das letras correspondentes à progressão interrompida em 1988, com reenquadramento na tabela de vencimentos; * manutenção do projeto Escola Plural, com maior participação e autonomia dos trabalhadores em educação; implementação do Conselho Popular Municipal de Educação, definido em anteprojeto proposto pelos trabalhadores em educação com representação das entidades do magistério; política preventiva de saúde.
1998	* **Questões Salariais**: normalização dos pagamentos de salários, com o fim do parcelamento e atrasos; pagamento integral no último dia útil do mês; reposição salarial da inflação acumulada; índice que reponha perdas do parcelamento da correção salarial em 1996 e do não pagamento do abono em maio, junho, julho de 1997; gatilho de 5%; pagamento de 1/3 de adicional de férias e 50% do salário em julho; pagamento da dívida relativa ao Plano de Carreira, sendo 5% ao mês, de setembro de 1996 a janeiro de 19957; incorporação do abono; extensão e incorporação do abono aos diretores, vices, secretários de escola, apostilados, com pagamento retroativo; * **Carreira**: progressão automática dos trabalhadores que entraram após janeiro de 1995; enquadramento correto do pessoal que concluiu licenciatura curta e plena após a vigência do Plano de Carreira; incorporação das dobras retroativas a 1998, sem carência de três anos; progressão automática por especialização; enquadramento pelo tempo real no Plano de Carreira; convocação imediata dos concursados; concurso público para auxiliares e vigilantes; fim da terceirização. * **Questões De Saúde**: liberação da licença médica, pela medicina do trabalho, conforme real necessidade do servidor; assistência de saúde para o funcionalismo; reativação da farmácia da BEPREM. * **Gestão Democrática**: manutenção da autonomia das escolas, através das assembléias escolares, para definir os horários coletivos e projetos; não utilização do tempo de projeto cobrir falta de outro profissional; participação popular na I Conferência de Educação.
1999	* **Questões Salariais e Funcionais**: pagamento no último dia útil do mês; reposição pelo ICV-Dieese; reajuste mensal pela inflação; abono sobre décimo terceiro salário; anistia das faltas no período de greve; publicação das liberações dos diretores do sindicato; pagamento automático do direito adquirido de licença prêmio por assiduidade; pagamento automático do qüinqüênio; manutenção das garantias do cargo efetivo dos servidores em readaptação funcional; criação do fundo de reserva para pagamento compensatório do FGTS para celetistas optantes; negociar as ações judiciais; cálculo correto para pagamento dos celetistas; a elaboração de relatório sobre as condições trabalhistas dos terceirizados e as providências tomadas pela SMAD; fim da terceirização;

	* **Estatuto e Plano de Carreira**: as mesmas propostas apresentadas em 1998; * **Beprem, Previdência Social, Saúde**: discussão sobre a constituição do CONAP; auditoria na BEPREM; comissão tripartite para assuntos ligados a BEPREM e a Previdência Municipal; liberação da licença médica, pela Medicina do Trabalho, conforme real necessidade do servidor; assistência à saúde do funcionalismo; programa de prevenção de doenças profissionais; manutenção da contagem em dobro das férias prêmio para aqueles que optaram e faziam jus a esse direito ate dez/98; * **Questões Pedagógicas**: implantação imediata do tempo coletivo de duas horas semanais, conforme definido pela I Conferência Municipal de Educação; garantia do tempo de projeto; concurso público.
2000	* **Questões Salariais e Funcionais**: pagamento no último dia útil d e cada mês; reposição pelo ICV-DIEESE de 26,9%; reajuste mensal pela inflação ou gatilho de 3%; normalização dos pagamentos dos salários, com o fim do parcelamento e atrasos, pagamento integral no último dia útil do mês trabalhado; progressão automática pós-estágio probatório e habilitação; pagamento retroativo do abono aos diretores, vices, secretários de escola e apostilados; abono sobre o décimo terceiro salário; anistia das faltas no período de greve; pagamento automático do direito adquirido de licença-prêmio por assiduidade; pagamento automático do qüinqüênio; manter as garantias do cargo efetivo para servidores em readaptação funcional; criar fundo de reserva para o pagamento compensatório do FGTS para celetistas optantes; negociar ações judiciais; cálculo correto para pagamento de celetistas; relatório sobre as condições de trabalho dos terceirizados e as providências tomadas pela SMAD; pagamento de 1/3 de adicional de férias e 50% do 13º salário no último dia útil do mês de junho; pagamento da dívida relativa ao Plano de Carreira – 5% ao mês, de setembro/96 a janeiro/97, incluindo 13º.; fim da exigência mínima de 16 dias de licença para contratação de dobras nas escolas; vale-refeição para quem trabalha dois turnos. * **Saúde**: liberação da licença médica, pela medicina do trabalho, conforme real necessidade do servidor; assistência de saúde para funcionalismo; reativação da farmácia da BEPREM. * **Gestão Democrática e Concurso**: garantir a autonomia das escolas para definir os horários coletivos e projetos; convocação dos concursados, mediante o real dimensionamento da rede municipal e as relações funcionais dos trabalhadores/as dentro da escola; concurso público para os trabalhadores/as auxiliares de escola e vigilância; fim da terceirização; não utilização do tempo de projeto para cobrir faltas. * **Previdência:** contagem de licença-prêmio em dobro para efeito de gozo no período imediatamente anterior à aposentadoria; definição do termo efetivo trabalho escolar para efeito de contagem de tempo de diretores de escola e liberações sindicais para efeito de aposentadoria; pagamento integral aos pensionistas.

Fonte: Pautas de Reivindicações da Categoria

PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES GESTÃO BH PARTICIPATIVA – 2001/2004

ANO	REIVINDICAÇÕES
2001	* Salário: reposição das perdas de acordo com o ICV Dieese; a equiparação com a média dos salários de nível superior da PBH. * Previdência: a implementação imediata do conselho fiscal para controle da conta referente ao desconto da contribuição previdenciária. * Pendências: reivindicações referentes ao ano de 2000 que não foram mantidas pela PBH.
2002	* **Qualidade e Valorização dos Serviços Públicos**: manutenção de no mínimo 30% para a educação, exclusivamente para as escolas públicas municipais; definição do número de profissionais da escola em função de seu projeto político pedagógico, considerando o número de alunos, espaço físico, e tendo como orientação o 1.8; adequação da materialidade das escolas para melhor atendimento aos educandos; fim da terceirização; estabelecimento do período de recesso para auxiliares de escola, biblioteca e secretaria; alteração do Plano de Carreira de forma a garantir a progressão por escolaridade dos funcionários de escola; investimentos e recursos necessários para a garantia da EJA e Educação Infantil. * **Previdência**: sustentabilidade financeira das aposentadorias e pensões; participação paritária dos servidores nos fóruns de elaboração e deliberação relativos à previdência municipal. * Salário: recomposição salarial; elevação do piso salarial para equiparação com outras categorias de nível superior da PBH; pagamento no último dia útil do mês. * **Saúde**: implantação de centros médicos gratuitos regionalizados para atendimento dos servidores municipais; mudança na estrutura de atendimento da Gerência de Saúde do Servidor e Perícia Médica (GPSM); estruturação dos locais de trabalho obedecendo, no mínimo as determinações da OMS, e outras legislações pertinentes; revogação da portaria 008/97.
2003	* **Qualidade de Valorização dos Serviços Públicos**: ampliação do quadro dos Auxiliares de Biblioteca; e demais propostas da pauta de 2002. * **Previdência:** propostas da pauta de 2002. * **Salário:** piso salarial correspondente a dois salários mínimos para os Auxiliares de Escola da PBH; a equiparação salarial dos Auxiliares de Biblioteca com pessoal de nível médio; demais propostas da pauta de 2002. * **Saúde:** propostas da pauta de 2002.
2004	* **Salário**: recomposição das perdas do governo Célio/Pimentel; piso profissional calculado pela média salarial das categorias com nível superior na PBH, considerando a jornada de trabalho de cada uma delas; política salarial que proteja o salário das perdas causadas pela inflação; pagamento integral dos salários no último dia útil do mês. * **Valorização, Carreira e Saúde**: definição de uma política de saúde que garanta a prevenção e o tratamento das principais doenças que atingem a categoria; atendimento gratuito na Cliserv e Clisam; enquadramento pelo tempo real de serviço na PBH com progressão imediata; aumento do valor do

	vale-refeição e extensão deste direito para todos os trabalhadores da educação; pagamento do adicional noturno; pagamento do vale-transporte referente ao horário do almoço; fim da terceirização e concurso público para os Auxiliares de Escola, com critérios negociados com os trabalhadores/as; retomada da discussão sobre a previdência municipal, tendo como parâmetro a pauta apresentada em 2000-2001 com a garantia do funcionamento das comissões previstas na lei e a destinação do patrimônio da BEPREM para o fundo da previdência municipal. * **Autonomia Política e Pedagógica**: autonomia das escolas para definição dos seus projetos e do seu funcionamento; não ao controle e ingerência do NAVFE; implementação das propostas aprovadas no II Congresso Político Pedagógico/Escola Plural, em 2003; definição de uma política para o ensino noturno que garanta o atendimento da real demanda da cidade; construção de uma política de formação que atenda as reais demandas dos trabalhadores/as em educação; estabelecimento de convênios para a realização de cursos de formação; realização de cursos sobre a historia da África para a formação dos educadores; campanha de combate ao racismo; discussão entre a PBH e os trabalhadores/as em educação sobre o real dimensionamento da Rede; garantia das condições necessárias para a inclusão de estudantes e profissionais nas escolas; elaboração de uma política que busque soluções para o problema da violência nas escolas, garantindo segurança para estudantes e trabalhadores/as; liberação da direção sindical para o exercício do seu mandato.

Fonte: Pautas de Reivindicações da Categoria

2005	**Pauta específica da Educação Infantil:** * **Questões Pedagógicas**: realizar debate amplo para construção de uma proposta de atendimento as crianças de zero a cinco anos e oito meses; garantia de atendimento integral e continuo para as crianças, constatada a real demanda das comunidades; adequar a alimentação escolar enviada para a educação infantil as necessidades nutricionais das crianças de zero a cinco anos e oito meses. * **Carreira**: plano de carreira único para professores/as e educadoras; garantia da permanência dos professores/as na educação infantil sem perda de direitos; calendário escolar unificado com o ensino fundamental com férias em julho e o recesso em janeiro; * **Gestão Democrática**: eleição de diretores e coordenadores em cada UMEIs; prestação de contas para o coletivo de cada escola sobre as verbas destinadas as UMEIs. * **Condições de Trabalho**: condições dignas de trabalho aos profissionais do turno intermediário; tempo de projeto coletivo nas UMEIs; garantir nas UMEIs a relação de no mínimo '1.5' de 'educadoras' por turma, com possibilidade de ampliação. * **Arquitetura das UMEIs**: organização arquitetônica das UMEIs definida junto com o coletivo das escolas; adequação das unidades para a inclusão de estudantes e profissionais nas escolas, com respeito às reorganizações internas dos profissionais que minimizem os incômodos gerados pela ausência de políticas da PBH; reformulação do projeto de arborização e áreas cobertas nas UMEIs. **Pauta Geral** * **Jornada Anual e Tempo Coletivo**: revogação das Portarias SMED 227/04 e 013/05 que dispõem sobre parâmetros para elaboração do calendário escolar de 2005; * **Salário**: recomposição das perdas ocorridas durante o governo Pimentel e reajuste salarial referente ao período de maio de 2002 a abril de 2005; * **Avaliação de Desempenho**: cumprimento do acordo que prevê a mudança de nomenclatura e estabelecimento de critérios objetivos; * **Carreira**: isonomia salarial entre professores estatutários e celetistas, e entre 'educadoras infantis' e professores. * **Pendências**: questões relativos aos salários, plano de carreira, saúde e previdência apresentadas nas pautas de anos anteriores e não atendidas pela PBH.
2006	* **Questões comuns dos Servidores Municipais**: recomposição salarial; ao aumento do vale-refeição para R$12,00 e extensão do mesmo para todos os trabalhadores/as educação; fim da terceirização e concurso público para os Auxiliares de Escola com critérios negociados com os trabalhadores/as. * **Isonomia**: entre professores/as estatutários e celetistas; isonomia salarial entre educadoras infantis e os professores/as estatutários; isonomia entre os servidores que possuem curso superior na PBH. * **Política de Saúde**: definição de uma política de saúde que garanta a prevenção e o tratamento das principais doenças que atingem a categoria com: atendimento gratuito na Cliserv e Clisam; criação da CIPA da educação; reestruturação da GSPM a partir da realização de seminário com participação dos servidores.

	* **Política para Aposentados**: políticas remuneratórias que garantam os direitos dos aposentados. * **Itens Permanentes**: itens que ao longo dos últimos anos estão sem resposta da PBH: a) **Plano de Carreira**: enquadramento pelo tempo real com progressão imediata dos trabalhadores/as que já possuem este direito; b) **Previdência**: garantir o funcionamento das comissões previstas na lei; destinar o patrimônio da BEPREM para o fundo de previdência municipal; exigir transparência na contabilidade da previdência municipal; c**) Educação Infantil**: ampliação do quadro de profissionais nas unidades escolares para além de '1,5', conforme a proposta política pedagógica de cada unidade, principalmente nas que atendem a educação de tempo integral; condições dignas de trabalho para as profissionais do turno intermediário; participação democrática, com eleições de diretores e coordenadores em cada uma das respectivas unidades escolares; transparência nas prestações de contas das verbas destinadas a cada unidade escolar com prestação de contas ao coletivo, principalmente para as verbas destinadas as UMEIs; adequação das unidades para a inclusão de estudantes e profissionais nas escolas, com respeito às reorganizações internas dos profissionais que minimizem os incômodos gerados pelas dificuldades na efetivação da intersetorialidade no atendimento a essas pessoas; unificação da carreira docente; organização arquitetônica das UMEIs definida junto com o coletivo das escolas d) **Outros**: pagamento integral dos salários no ultimo dia útil do mês; pagamento de férias prêmio em dia; autonomia das escolas para definição dos seus projetos e do seu funcionamento, não ao controle e ingerência do GAVFE-SMED; discussão entre PBH e trabalhadores/as educação sobre o real dimensionamento da Rede; garantia imediata das condições necessárias para a inclusão de estudantes e profissionais com deficiência e criar comissão para discussão do processo de inclusão na RMEBH; elaboração de uma política para solucionar o problema da violência nas escolas, garantindo a segurança de estudantes e trabalhadores/as; retirada do oficio GEOE/GERED n. 631/05 e instrução de serviço n. 17/97, que convoca os trabalhadores/as em readaptação funcional para trabalhar em recessos; descongelamento do segundo BM das direções escolares; retroatividade do pagamento dos 5% da progressão da Avaliação de Desempenho a 28 de dezembro de 2005; aprovação do projeto de lei relativo ao direito ao gozo ou conversão em espécie de férias prêmio de 03 meses a cada 05 anos.
2007	A mesma pauta de 2006 com alteração no percentual de reajuste reivindicado e acréscimo do seguinte item: * **Readaptação Funcional**: direito a participação em cursos de pós-graduação oferecidos pela SMED e outros; reaproveitar o Auxiliar de Escola em laudo medico, com formação universitária, magistério e outros cursos em outros setores da escola e da administração; acompanhamento do profissional em laudo médico por profissionais da assistência social, psicólogos, fisioterapeutas e outros profissionais, sem ônus para o servidor; alocar os profissionais em laudo médico, considerando suas potencialidades e respeitando os limites impostos pelo laudo; direito à extensão de jornada, respeitados os limites do laudo; tratamento respeitoso por parte da junta médica.

Fonte: Pautas de Reivindicações da Categoria

Obs.: BM (Boletim de Matrícula) é o número de identificação de cada servidor/a na PBH.

NAVFE (Núcleo de Acompanhamento e Avaliação do Funcionamento Escolar) transformado em GAVFE (Gerência de Acompanhamento e Avaliação do Funcionamento Escolar)